

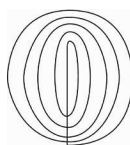
Versão PDF do artigo

COMPOSIÇÃO MATERIAL

da EDIÇÃO DE 2014 do

COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2014 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Composição Material
Copyright © 2014 do autor
Breno Hax Junior

Todos os direitos reservados

Resumo

Sob quais condições um objeto é parte de algo? Há objetos compostos? Este artigo discute as principais posições acerca destas perguntas. As relações de composição e constituição são distinguidas. O papel do senso comum para resolver questões sobre composição é avaliado. O artigo examina um argumento em favor da existência de objetos compostos que relaciona composição, causalidade e consciência. Finalmente, o artigo sugere que argumentos em favor da existência de objetos compostos podem operar para selecionar casos que uma teoria da composição deve tomar como pontos de partida ao especificar as condições para haver composição.

Palavras-chave

Composição, causalidade, parte, consciência, mereologia

Abstract

What are the conditions for an object to be a part of something? Are there composed objects? This article discusses the main positions on these questions. The relations between composition and constitution are distinguished. The role of the common sense to solve questions about composition is assessed. The article examines an argument in favour of the existence of composed objects which connects composition, causality, and consciousness. Finally, the article suggests that the debate on composition can benefit from arguments in favour of the existence of composed objects because, if successful, they provide fodder to specify the conditions for there to be composition.

Keywords

Composition, causality, part, consciousness, mereology

Composição Material

A composição é um tópico metafísico central para a compreensão da natureza das entidades materiais. Como veremos, seu tratamento tem conseqüências importantes para outros tópicos fundamentais de metafísica como quais entidades materiais existem e a relação entre pessoas e corpos.

Para simplificar, chamarei entidades materiais de ‘objetos’. Também empregarei o termo ‘partícula’ para designar objetos simples.

Há entidades materiais compostas? Sob quais condições um objeto compõe algo? Preliminarmente, podemos dizer que composição é uma relação entre objetos. Composição é uma relação entre um objeto e aqueles objetos que são suas partes. Essa apresentação preliminar não é uma definição e servirá apenas para guiar o início de nossa investigação.

É aconselhável esclarecermos a distinção entre composição e constituição. Constituição é a relação entre um objeto e a matéria de que este é feito. O seguinte cenário servirá para contrastar as duas relações. Se houvesse somente um objeto simples (isto é, um objeto sem partes próprias) no universo, esse seria um caso em que haveria constituição mas não composição. Aquele objeto seria constituído por alguma matéria mas não seria composto.¹

Os filósofos disputam sobre a existência de objetos compostos. Caso não existam, como explicar os supostos compostos reconhecidos pelo senso comum? Seriam eles apenas arranjos de objetos simples? Ao invés de ‘agregado’, utilizarei ‘configuração’ e ‘arranjo’.² Falar de configurações ou arranjos de objetos não nos compromete com a existência de algo além dos objetos que formam a configuração ou arranjo e de seus modos de arranjar-se.

A seção 1 examina alguns problemas metafísicos nos quais a noção de composição tem um papel essencial e mostra que o apelo ao senso comum não os resolve. As seções 2-5 discutem diversas respos-

¹ A palavra ‘constituição’ também é usada para discutir-se uma outra relação metafísica: a relação entre um objeto x e o objeto formado pela matéria de x . Note-se que esta última é uma relação entre objetos. Cf. o verbete ‘constituição material’.

² Merricks (2001) faz uso de ‘arranjo’.

tas à pergunta sobre as condições para um objeto ser parte de algo. A seção 6 explora um argumento em favor da existência de objetos compostos. Finalmente, a seção 7 apresenta observações acerca de uma estratégia para examinar composição.

1 Problemas que envolvem a identidade de objetos compostos e senso comum

A reflexão acerca de objetos compostos depara-se com problemas filosóficos resistentes como o Problema do Navio de Teseu e o Problema da Co-locação da estátua de bronze e da barra de bronze que supostamente compo-la-ia.

O Problema do Navio de Teseu, mencionado por Plutarco (2008: §23), pode ser apresentado da forma seguinte. O Navio de Teseu, composto por trinta placas de madeira, tem a cada dia uma delas substituída por outra placa de madeira que é-lhe qualitativamente idêntica. Batizemos com o nome ‘Alfa’ o navio que resulta da substituição completa de partes ao final de trinta dias. As placas removidas são usadas para montar um navio estruturalmente idêntico ao Navio de Teseu, em disposições correlatas às originais. Chamemos ‘Beta’ ao navio montado com as placas removidas. O Navio de Teseu é Alfa? Ou é Beta? Ou nenhum dos dois? A alternativa de que Alfa e Beta sejam ambos o Navio de Teseu está descartada porque é problemática nas duas leituras a que é suscetível. Na primeira leitura, uma entidade, o Navio de Teseu, é as duas entidades Alfa e Beta. Isso afronta a tese lógica de que uma entidade não pode ser duas entidades.³ Na segunda leitura, o Navio de Teseu é uma única entidade que está bi-locada como Alfa e Beta. Aceitá-la levar-nos-ia a admitir que um objeto pode estar situado em duas regiões distintas e não-contíguas do espaço ao mesmo tempo.⁴

O apelo ao senso comum pode ajudar-nos a resolver essas questões? Investigar as práticas usadas quotidianamente pelas pessoas para julgar a preservação da identidade de objetos e reconhecer naque-

³ Hobbes (2000: capítulo II) critica essa possibilidade. Cf. também Merricks (2001: 20-1).

⁴ Agradeço ao parecerista pela indicação desta segunda possibilidade.

las práticas a aplicação de princípios metafísicos certamente é um procedimento valioso. Contudo, o uso desse procedimento para resolver questões filosóficas exige que se trate o senso comum como uma teoria ou como o material bruto do qual se pode extrair uma teoria. Essa é uma idealização. As noções usadas no senso comum não possuem condições necessárias e suficientes como as noções de uma teoria. No que tange especificamente ao problema de julgar se um artefato é o mesmo após a troca de partes, talvez as práticas do senso comum incorporem princípios metafísicos que conflitam em situações-limite.

Considere-se a prática do senso comum de aceitar que um artefato pode sofrer a substituição de uma única parte e permanecer o mesmo. O princípio metafísico poderia ser formulado da seguinte forma: “um artefato permanece o mesmo após a alteração de uma única parte sua”. A aplicação reiterada deste princípio prescreve que após cada alteração de uma única parte, devemos tratar o objeto resultante como numericamente idêntico ao objeto original. Após uma sequência finita de passos, as partes serão todas substituídas, o que resultará em um objeto que difere em todas as partes do original. Passaremos do Navio de Teseu por sucessivas substituições de uma única placa até obtermos Alfa. Porém, é plausível que se considerarmos que esta última prática do senso comum incorpora um princípio metafísico que poderia ser expresso como “artefatos que difiram em todas as suas partes são distintos”, teremos uma colisão de princípios. A aplicação do primeiro princípio trata Alfa como o Navio de Teseu. A aplicação do segundo princípio trata-o como um objeto distinto.

Assim, *prima facie* a aplicação reiterada de um princípio acerca da identidade de objetos originado do senso comum conflita com outro princípio destilado de outra prática do senso comum. Se esse conflito não for apenas aparente, apelar para princípios destilados de nossas práticas não serve para resolver a questão.

Contribui para a suspeição acerca da capacidade do senso comum de responder conclusivamente questões de composição a constatação de que o senso comum não usa noções afiadas no tratamento de objetos. Por exemplo, parece plausível a suposição de que o senso comum aceita a existência de objetos compostos. Mas o que o senso comum diz sobre objetos simples? Realmente há uma posição do senso co-

mum sobre esse ponto?⁵

Deixemos o senso comum por ora de lado e tentemos resolver o problema de outro modo. Podemos, de forma hipotética, adotar a tese de que um objeto composto tem todas as suas partes necessariamente. Esta tese chama-se “essencialismo mereológico” (Chisholm 1976: Apêndice B). Se o essencialismo mereológico é correto, um objeto composto x é substituído por um objeto composto y quando uma das partes de x é substituída.

Chisholm (1976) usa a expressão ‘todo’ para designar um objeto a que se aplica o essencialismo mereológico. Acompanhemos o uso da noção de um todo chisholmiano na solução que Chisholm (1976) oferece a um caso semelhante ao Problema do Navio de Teseu. Consideremos o que o senso comum trataria como uma mesa composta pelas tábuas A e B que se preserva enquanto tem partes substituídas pelas tábuas C e D em dias consecutivos.

Segunda-feira	AB
Terça-feira	BC
Quarta-feira	CD

Quantos objetos há aqui? Há uma única mesa que permanece de segunda a quarta-feira? Há três todos que se substituem no período? Chisholm propõe que se adotarmos o ponto de vista do senso comum, há um único objeto, a mesa. Por outro lado, se adotarmos o

⁵ Como sabemos que o modo como tratamos um artefato não é apenas o resultado de práticas instauradas por convenções do departamento de trânsito local para decidir quais alterações de partes um carro pode sofrer e ainda ser classificado como o mesmo carro? Moravcsik (1990) segmenta o senso comum entre uma camada de “senso comum básico” e uma camada de “sabedoria convencional”. Em sua concepção, a primeira camada possui uma certa estabilidade e impenetrabilidade (embora não precisão); a segunda camada é variável e permeável a teorias originadas fora do senso comum básico. A distinção de Moravcsik mostra-nos uma rota para a defesa do papel do senso comum em questões filosóficas. Precisaríamos reconhecer a distinção, encontrar uma prova que conecte senso comum e verdade e, finalmente, determinar que as intuições sobre a questão originam-se do senso comum básico. Na falta de uma adequada justificação que conecte senso comum e verdade, o papel do senso comum como conselheiro em questões metafísicas permanece sob suspeição.

“sentido estrito e filosófico”, há três diferentes objetos. Mas dizer que há quatro mesas “é simplesmente o resultado de confusão” (Chisholm 1976: 103). Na visão de Chisholm, esse erro seria o resultado de usar duas teorias distintas como se fossem a mesma teoria. Ele pensa que isso inadvertidamente combinaria critérios imprecisos de identidade do senso comum com critérios precisos do sentido filosófico (1976: 154). O modo filosófico emprega, segundo Chisholm, uma noção rigorosa de identidade. A teoria do senso comum e a teoria “filosófica” diferem em seus critérios para atribuir identidade e para classificar algo como um objeto.

O uso da noção de todo certamente oferece uma orientação para resolver o Problema do Navio de Teseu. Porém, essa noção é um elemento-chave para gerar o Problema de Discóbolo. Aceitar todos como AB, BC e CD pode resolver o problema para determinar quais são os objetos envolvidos na situação e as condições sob as quais preservam sua identidade. Porém, esse passo pode gerar o Problema da Co-locação como a seguir veremos.

Uma teoria que aceite estátuas e todos chisholmianos terá que afirmar que em um mesmo instante dois objetos – a estátua de bronze Discóbolo e o todo composto das partes de Discóbolo no instante – ocupam a mesma posição espacial.⁶

Discóbolo é idêntico àquele todo? Se não é identidade, qual é a relação entre Discóbolo e o todo? Discóbolo poderia trocar de partes porque as partes de bronze que compõem Discóbolo poderiam ser substituídas por outras partes de bronze. O todo não poderia trocar suas partes. O todo poderia sofrer alterações de forma. Discóbolo, não. As coisas que são possíveis para Discóbolo divergem das que são possíveis para o todo que o compõe. Dessa forma, é difícil aceitar a tese de que são a mesma entidade. Mas se é assim, seremos forçados a adotar a desconfortável tese de que há dois objetos co-locados.

Uma tese compartilhada por todos os lados envolvidos nas dispu-

⁶ A teoria de Chisholm não está sujeita a esse problema. Uma vez que Chisholm trataria a estátua como um objeto do senso comum, não haveria co-locação. Na sua teoria, dizer que há uma estátua e um todo co-locados resulta de uma confusão gerada por tomar-se duas noções de objeto que pertencem a teorias distintas – o senso comum e uma teoria filosófica – para reger o uso do termo ‘objeto’. Cf. Steen 2008 acerca da mudança das concepções de objeto de Chisholm.

tas acerca do Problema de Teseu e do Problema da Co-Localção é a tese de que há objetos compostos. Mas há objetos compostos? E se os há, sob quais condições um objeto é parte de outro?

2 Sob quais condições objetos compõem algo?

Podemos aceitar a distinção de van Inwagen (1990) entre uma questão geral da composição e uma questão especial da composição. Responder a questão geral é responder o que *é* composição. Respondê-la é oferecer uma explicação ou análise da composição. Van Inwagen acrescenta uma cláusula a ser satisfeita por uma correta explicação. Para ser informativa, a explicação deve definir composição sem apelar a termos mereológicos. Podemos, com van Inwagen, chamar de ‘mereológico’ todo termo que pode ser definido em termos do termo ‘parte’ (31). Ele considera que não há como responder a questão geral da forma exigida porque termos como ‘composição’ e ‘soma’ são termos mereológicos. Estão em um “círculo mereológico” no qual cada um só pode ser explicado por apelo ao outro (van Inwagen 1990: 51).

No tratamento mereológico das noções de ‘sobreposição’, ‘parte própria’ e ‘simplicidade’, a noção de parte é tomada como básica para definir as demais noções:⁷

- 1) x é uma parte própria de $y = \text{df}$ x é uma parte de y e y não é uma parte de x .
- 2) x é simples = df x não tem partes próprias.
- 3) x sobrepõe-se a $y = \text{df}$ há um z tal que z é parte de x e z é uma parte de y .

Van Inwagen introduz a abreviação abaixo:

Os x compõem $y = \text{df}$ (1) Os x são todas partes de y , (2) não há sobreposição entre dois x e (3) qualquer parte de y sobrepõe-se a pelo menos um dos x .⁸

⁷ A análise mereológica origina-se da obra de Lesniewski 1983.

⁸ Van Inwagen usa ‘os x ’ como uma expressão referencial plural (*plural referring expression*) que designa, não um conjunto que contém os x , mas os próprios x .

A questão especial da composição pode ser apresentada da seguinte maneira: sob quais condições necessárias e suficientes um objeto compõe algo? Van Inwagen considera esta uma outra apresentação da questão: sob quais condições uma unidade surge a partir de uma pluralidade (31)?

Também para a questão especial van Inwagen exige uma resposta que escape do vocabulário da mereologia. Reapresentar, por exemplo, a definição da circunstância dos *xs* comporem *y* com a abreviação em termos de parte e sobreposição não nos retira do círculo mereológico. A resposta apropriada a essa pergunta deve ser não apenas correta como também informativa.

Três posições oferecem respostas ao problema da composição especial:

1. Niilismo Composicional: necessariamente nenhum objeto é parte de algo;
2. Universalismo Composicional: necessariamente todo objeto é parte de algo;
3. Moderação Composicional: apenas alguns objetos são partes de algo.

As posições (1) e (2) são extremas por contraste com a moderação da posição (3).⁹ Uma posição é moderada se nega as posições (1) e (2). Como veremos, há diferentes versões de posição moderada. Elas se diferenciam pelas condições que afirmam atuar na realização da composição.

Markosian (1998) defende como solução para o problema da composição especial a proposta de que não há condições necessárias e suficientes para um objeto ser parte de algo. Esta posição, também chamada de ‘composição bruta’ propõe que não há resposta para a questão especial da composição. Não se trata de uma proposta de que a noção de composição é uma noção sem extensão. Markosian afirma

Cf van Inwagen (1990: seção 2). Cf. o tratamento da referência plural em Black 1971.

⁹ A classificação entre respostas extremas e moderadas deve-se a van Inwagen (1990).

que há entidades compostas. Ele crê que o fato de serem compostas é básico ou bruto. Por isso, podemos listar esses fatos mas não analisá-los para destilar condições necessárias e suficientes.

Markosian pensa que sua posição está de acordo com o senso comum. De fato, sua posição combina-se a uma aceitação de todas as entidades que o senso comum aceita como compostas. Mesmo assim, a posição de Markosian é compatível com a negação dos objetos do senso comum.

3 Niilismo composicional

O niilismo afirma que necessariamente nenhum objeto compõe algo. Não se trata de uma afirmação somente acerca do estado atual das coisas. Niilistas pensam que não há nem pode haver compostos genuínos. Assim, eles não aceitam a existência de supostos compostos como estrelas, árvores e mesas.

O niilismo considera que há apenas objetos simples ou partículas. Uma objeção imediata ao niilismo consiste em propor que há objetos compostos além das partículas porque cada objeto composto é um aglomerado de partículas. O niilista contra-argumenta que se trata de um erro considerar um aglomerado de objetos como um objeto. Assim, um aglomerado de partículas, em sua visão, não é um objeto. Uma intuição similar parece ser exposta por William James:

átomos de matéria não podem compor coisas físicas (*compose physical things*). Para um evolucionista atomista lúcido (*clear-headed*), as ‘coisas’ não são (*are not*). Nada há a não ser os átomos eternos (*everlasting*). Quando agrupados de certa maneira, nomeamo-los esta ‘coisa’ ou aquela (James 1950: 161).

Como o niilista trata o discurso acerca de objetos compostos?¹⁰ A técnica usada pelo niilista para tratar situações que o senso comum descreveria como situações de haver uma cadeira situada em certa região do espaço deve-se a van Inwagen. Ele diz que uma semelhante

¹⁰ Com isso, o niilista dissolveria problemas acerca da identidade de artefatos que tiveram suas partes substituídas por outras. De acordo com sua teoria, não existem artefatos e assim não existe um navio de Teseu. Assim, problemas a respeito da preservação da identidade do navio de Teseu ou a disputa acerca de qual dos dois navios é o navio de Teseu são dissolvidos porque não haveria nem poderia haver navios.

situação poderia ser considerada como aquela na qual genuinamente partículas arranjadas em forma “cadeiróide” (*chairwise*) ocupam a região espacial (van Inwagen 1990: seção 13).¹¹

Uma vantagem dessa posição parece ser sua economia ontológica. Ela é econômica porque restringe sua ontologia a objetos simples.

Outra vantagem da posição niilista reside em sua capacidade de dissolver paradoxos que envolvam objetos compostos como o Problema do Navio de Teseu. A questão sobre se um dado arranjo de placas em forma de navio é o Navio de Teseu pressupõe a tese de que há navios, uma tese que o niilista não pode aceitar. Uma vez que não há navios, não há o Navio de Teseu. Assim, não há mais o problema de saber-se se o Navio de Teseu é Alfa ou Beta.

Problemas de co-locação de objetos compostos são também dissolvidos pelo niilismo. Como não há estátuas nem barras de bronze, não há também a co-locação de Discóbolo e uma certa barra de bronze.

Um outro importante argumento em favor do niilismo é metafísico. Os niilistas consideram que se partículas (separadamente ou em concerto) causam tudo o que é causado no universo, não há nenhuma razão para supor a existência dos supostos compostos dessas partículas. Se somente as partículas em concerto desempenham o papel causal, o composto que supostamente comporiam é causalmente irrelevante. Dessa forma, compostos seriam eliminados da ontologia niilista porque seriam causalmente irrelevantes.

A tese da irrelevância causal dos compostos é apresentada na forma do Argumento da Sobredeterminação. O argumento deve-se a Merricks (2001) que o usa a serviço de uma teoria composicional moderada para eliminar entidades que não possuam consciência. Schaffer (2007) usa uma versão desse argumento em favor do niilismo. Consideremos um exemplo de sua aplicação.

Em uma situação que do ponto de vista do senso comum seria descrita como uma bola quebrar uma vidraça, supostamente haveria uma bola que em seu movimento (como etapa de uma cadeia causal) foi a causa do estilhaçamento da vidraça. Porém, de acordo com Merricks, não haveria qualquer bola como entidade genuína envol-

¹¹ Van Inwagen não é um niilista embora associe-se a este parcialmente no tratamento de artefatos e objetos que não são organismos. Cf. a seção 5.

vida na situação sob discussão. O que de fato teria acontecido seria que partículas arranjadas em forma de bola teriam interagido com partículas arranjadas em forma de vidraça. O resultado da interação causal seria outro arranjo de partículas em forma de vidraça estilhaçada. Em nenhuma etapa da cadeia causal haveria uma bola como um fator causal genuíno envolvido na interação.¹²

O niilista deve negar a existência do universo se este for entendido como algo que possui partes. Talvez o niilista possa aceitar falar do universo apenas de um modo figurado.

O niilismo enfrenta duas dificuldades. A primeira dificuldade surge de sua colisão contra a intuição do senso comum de que há objetos compostos no universo.

A segunda dificuldade é que o niilismo não pode aceitar a existência de pessoas se tomá-las como objetos compostos. Van Inwagen (1990: 115) propõe o seguinte argumento contra o niilismo:

- (1) Eu existo.
- (2) Se eu existo, eu tenho partes.
- (3) Há pelo menos um objeto com partes.

Se é o caso que existimos e que temos partes, nossa existência é a existência de objetos com partes. Assim, o niilismo seria falso.

Van Inwagen pensa que o argumento em favor de nossa existência deve ser um argumento de tipo cartesiano (116). A premissa (2) não é cartesiana. Ela possui como sua justificativa a teoria de van Inwagen de que pessoas são organismos.

Mas e se as entidades que pensam e experienciam forem partículas que atuam em concerto? Essa é a objeção de Rosen and Dorr (2003) ao argumento de van Inwagen. Eles pensam que o niilista pode afirmar que o argumento apenas provaria que existem partículas que pensam em concerto. Van Inwagen pode redargüir que o pensamento é unificado. Como meu pensamento seria o pensamento de duas ou mais entidades? Há duas ou mais entidades pensando neste momento aqui onde estou?

O niilista somente poderá aceitar a existência de pessoas se considerá-las como entidades simples ou imateriais.

¹² O exemplo é de Merricks 2001.

Essa reflexão deve servir para lembrar-nos de que tomar uma posição acerca da adequação do niilismo para lidar com a existência de pessoas exige que também se responda a questão posta por Chisholm: “Eu sou idêntico a meu corpo, sou idêntico a uma parte de meu corpo ou não sou idêntico a nenhum corpo?” (Chisholm 1991: 168).

4 Universalismo composicional

O universalismo composicional (abreviadamente, “universalismo”) afirma que necessariamente para cada dois ou mais objetos há um objeto que eles compõem. A composição daqueles objetos dá-se mesmo na ausência de relações espaço-temporais e causais entre si. De acordo com essa concepção, se Sócrates e Platão são objetos, há um objeto concreto que Sócrates e Platão compõem. Assim, de acordo com o universalismo, se aceitamos a existência do nariz de Villalobos e da Torre de Belém também devemos aceitar a existência de um objeto composto por ambos.

Deve ser mencionada, mesmo sem estar na mira desta discussão, uma versão do universalismo que sustenta que necessariamente há uma composição para cada duas entidades quaisquer que sejam suas categorias ontológicas.¹³ Trata-se do super-universalismo. O super-universalismo afirma que Sócrates, a propriedade da azulidade e a nota musical Sol compõem um objeto.

O universalista aceita somas mereológicas e as trata como composições. Ele aceita as teses: (a) há necessariamente para cada dois ou mais objetos concretos, uma soma mereológica sua e (b) uma soma mereológica é a composição de um objeto concreto. Assim, como dois objetos concretos necessariamente têm uma soma mereológica, eles necessariamente compõem um objeto concreto.

Desse modo, a concepção universalista trata a composição como ontologicamente inocente. A inocência ontológica da composição consistiria no fato de que se aceitássemos a existência de Sócrates e aceitássemos a existência de Platão então não haveria qualquer ônus adicional em aceitarmos a existência da composição Sócrates-Platão. Uma vez que tenhamos nos comprometido com a existência dos *x*, o “novo compromisso” com sua composição (ou fusão) seria “redun-

¹³ O termo ‘super-universalismo’ é de van Inwagen 1990.

dante” (Lewis 1991: 81). A aceitação dos primeiros envolveria de algum modo a aceitação do último.

A tese do universalismo pode vir acompanhada da tese de que composição é identidade, ou seja, a tese de que um objeto é suas partes.¹⁴ Alguns autores, como McDaniel (2010), afirmam que a tese de que composição é identidade é logicamente independente do universalismo. A tese de que composição é identidade não deve ser confundida com a tese de que constituição é identidade, ou seja, a tese de que um objeto é a sua matéria.

O universalismo gera resultados contra-intuitivos quando aplicado a organismos. Organismos fazem trocas de partículas com o ambiente. Organismos são objetos que substituem as partículas que os compõem por outras partículas. Quando José come uma folha de alface, ele incorpora partículas daquela folha. Quando José corta seu cabelo, libera partículas no ambiente.

Consideremos as partículas que compõem o organismo de José em 2000. Em 2010, as mesmas partículas ainda existem mas não compõem José. As partículas que o compõem em 2000 estão espalhadas no ambiente em 2010 e José é agora composto por outras partículas.

De acordo com van Inwagen, se o universalismo é verdadeiro, e assim José é idêntico ao objeto que é a soma das partículas que o compõem em 2000, José é idêntico em 2010 à mesma soma de partículas embora tais partículas não mais o componham e estejam espalhadas em um raio de milhares de quilômetros.

Uma vez que o universalismo propõe que não pode haver duas somas mereológicas distintas das mesmas partículas simultânea ou sucessivamente, é forçado a aceitar que há apenas um objeto composto pelas partículas em 2000 e 2010 idêntico a José.¹⁵

Eliminar organismos não é uma solução para o universalismo porque o argumento aplica-se também a artefatos. Se uma mesa fosse a

¹⁴ Van Inwagen (1990) e Merricks (2001) consideram falsa a tese de que um objeto é idêntico a suas partes porque postula a relação de identidade entre uma coisa e muitas coisas. Eles negam que a relação de identidade possa relacionar uma única entidade com muitas.

¹⁵ Esse princípio é chamado de Unicidade da Composição. Ele afirma que necessariamente não há somas mereológicas distintas com os mesmos *x*.

soma mereológica das partículas que neste momento a compõe, uma vez que aquela soma existia há milhares de anos, também a mesa existiria há milhares de anos.

Para escapar à objeção de van Inwagen, alguns universalistas combinam o universalismo com o perdurantismo – ou seja, a tese de que um objeto persiste devido a possuir mais de uma parte temporal (Lewis 1986: 202).

Para evitar adotar a tese de que o objeto é idêntico a somas mereológicas distintas em instantes distintos, o universalista pode adotar a tese de que José é a composição de suas partes temporais ou fatias. Assim, José é a soma de todas suas partes temporais. Entre estas, incluem-se as fatias de 2000 e 2010.

5 O composicionalismo moderado de van Inwagen

Uma posição composicional moderada ou restrita defende a tese de que é possível que um objeto componha outro sob certas condições. As posições moderadas diferenciam-se pelas condições que elegem como necessárias e suficientes para um objeto compor algo.

Posições moderadas evitam problemas como o Problema do Navio de Teseu que envolvem alguns objetos macroscópicos porque, como o nilismo, consideram que nesses casos há apenas partículas arranjadas.

Elas combinam esse benefício a outro – a aceitação de alguns compostos. Por exemplo, organismos vivos ou seres dotados de consciência.

Discutirei a posição moderada de Peter van Inwagen. Ele afirma que os x compõem um objeto y se e somente se a atividade coletiva dos x “constitui” (*constitutes*) a vida de y (van Inwagen 1990: 82). Um objeto torna-se parte de y porque y é um organismo vivo e x “é apanhado (*caught up*) na vida” de y (94).

Van Inwagen afirma que organismos vivos são o único caso de objetos compostos. Organismos são compostos que realizam trocas com o ambiente preservando sua vida.

O que unifica as partículas em um organismo vivo é um evento, a vida deste organismo. A noção de evento usada é de um particular. Uma vida é um evento constituído pela atividade combinada de objetos. É tarefa do biólogo defini-la.

Assim, van Inwagen propõe que não há pedras, nuvens, sol ou cadeiras mas apenas partículas arranjadas em forma de pedras, nuvens, sol e cadeiras.

Van Inwagen propõe a seguinte tese:

(A) Todo objeto é um objeto simples ou um organismo vivo (98).

Plausivelmente, van Inwagen trata a tese (A) como necessária. Sider (1993) objeta que van Inwagen precisaria demonstrar que não são possíveis objetos para os quais cada uma de suas partes tem partes. Sider apresenta a conceitabilidade de um mundo em que cada objeto é composto por partes dotadas de partes como uma evidência em favor de sua possibilidade. Porém, essa evidência dificilmente contaria como uma prova de que tal cenário é metafisicamente possível.

Deveríamos reconstruir a objeção de Sider, creio, como uma queixa de que van Inwagen não ofereceu uma prova da necessidade da tese A. Van Inwagen pode replicar que não tentou apresentar uma prova, mas apenas uma defesa de A.¹⁶

Van Inwagen pensa que um organismo vivo é composto por um conjunto difuso (*fuzzy*) de partículas. Organismos vivos a cada instante perdem e ganham partículas. Por isso, segundo van Inwagen, em alguns casos é indeterminado se uma partícula compõe ou não um organismo vivo. Assim, a teoria de van Inwagen tem o inconveniente de tratar a relação de *ser parte de* como uma relação vaga e tratar identidade e existência como vagas. Van Inwagen não crê que a vagueza nesses casos deva-se à linguagem mas à própria realidade.

6 Uma disputa sobre ‘composição’

As três escolas de composição disputam sobre a abrangência da relação de composição – se todos objetos, nenhum deles ou apenas alguns compõem algo.

Uma disputa independente da primeira versa sobre qual é exatamente a relação designada pelo termo ‘composição’. Há pelo menos duas relações candidatas. Um teste bastante artificial e simplificado pode ilustrar a diferença dessas relações. O teste contrasta a dependência composicional do objeto composto em relação às suas partes.

¹⁶ Van Inwagen distingue provas de defesas (1990: 75).

Aquele universalista que trata composição como identidade evitaria o uso da noção de dependência para enunciar o teste. Ele não concebe a relação de composição como uma relação de dependência. Como vimos na seção 4, concebe-a como uma relação de identidade.

Consideremos o cenário em que os objetos *A*, *B* e *C* são as únicas partes do objeto *D* e *A* deixa de existir. Esse acontecimento faz com que também o objeto *D* deixe de existir? Consideremos duas respostas:

R1: A remoção de *A* remove também *D* porque *D* é uma soma mereológica.

R2: A remoção de *A* não remove *D* porque *D* é um organismo.

Van Inwagen não emprega ‘composição’ para designar a relação R1. Em sua concepção, ‘composição’ designa R2. O universalista propõe que ‘composição’ designa R1. Um filósofo que aceite tanto R1 quanto R2 como relações de composição tratará ‘composição’ como um termo ambíguo.

Se a relação R1 que conecta *A*, *B* e *C* ao objeto *D* é composição, *D* depende de cada uma de suas partes. Se a relação R2 é composição, *D* depende “de forma vaga” de suas partes.

7 Um argumento em favor da existência de objetos compostos

Merricks possui um argumento em favor da existência de alguns objetos compostos. Ele não oferece uma lista de condições necessárias e suficientes para um objeto ser parte de outro. Ele também não seleciona certos objetos e investiga o que os torna partes de um objeto composto. Ao invés, parte de presumidos objetos compostos e defende que são compostos genuínos porque se distinguem de suas partes em poderes causais. Devemos, conforme Merricks, reconhecer a existência daqueles objetos compostos que causam coisas que suas partes não causam.

Se Merricks tiver êxito em provar que há compostos, sua teoria oferecer-nos-á um ponto de partida para investigar o que faz com que suas partes componham-nos. Além disso, sua teoria servirá como uma refutação do niilismo.

Nesta seção, utilizo ‘átomo’ para designar um objeto que é parte

de outro objeto mas que pode também ser dotado de partes. É uma terminologia consistente tanto com a existência como com a inexistência de objetos sem partes.

Merricks usa o Argumento da Sobredeterminação para eliminar objetos macroscópicos que sejam causalmente redundantes. Um objeto é causalmente redundante se e somente se tudo o que ele supostamente causaria é causado por suas partes. Conforme Merricks, seres conscientes são objetos compostos que não são causalmente redundantes.

Eis o esquema do Argumento da Sobredeterminação:

- (1) O objeto *O* é causalmente irrelevante para o efeito *E*.
- (2) As partes de *O* causam *E*.
- (3) O efeito *E* não é sobredeterminado.
- (4) Portanto, *O* não causa *E*.

O passo (1) faz uso da noção de irrelevância causal. O objeto *O* é causalmente irrelevante para a circunstância das partes de *O* causarem o efeito *E* se e somente se: (i) *O* não é uma de suas partes; (ii) *O* não é “causa parcial” de *E*; (iii) nenhuma das partes de *O* é a causa de *O* causar *E* e (iv) *O* não é a causa de suas partes causarem *E* (Merricks 2001: 58).

O passo (2) diz que as partes de *O* causam *E*. Finalmente, (3) apresenta a tese de Merricks de que não há sobredeterminação. Esse passo veda a possibilidade de que *O* coopere com suas partes para causar *E*. Dado que as partes de *O* em sua atuação concertada causam *E*, propor que *O* também causa-o seria, conforme Merricks, uma duplicação que não temos qualquer boa razão para aceitar. Uma vez que não há sobredeterminação, *O* não causa *E*.

Merricks afirma que, para objetos macroscópicos, existir é possuir poderes causais (2001: 81). Assim, se *O* nada causa, *O* não existe.

O resultado líquido do Argumento da Sobredeterminação é a representação de uma situação em que uma suposta bola exerceria o poder causal de estilhaçar uma vidraça como uma situação em que não há bolas. A bola é causalmente irrelevante para a circunstância das partes da bola causarem o estilhaçar-se da vidraça porque: (ia)

a bola não é uma de suas partes; (iia) a bola não é causa parcial do estilhaçar-se; (iiaa) nenhuma das partes da bola causa um efeito que é a bola estilhaçar a vidraça e (iva) a bola não causa suas partes estilhaçarem a vidraça. As partes causam o estilhaçar-se. Como não há sobredeterminação, a bola não coopera com suas partes para causar o estilhaçar-se. Portanto, a bola não causa o estilhaçar-se. Por conseguinte, de acordo com Merricks, há objetos arranjados em forma de bola na situação mas não há uma bola que eles formem.

Merricks toma o cuidado de considerar que o papel causal pode ser assumido pelas partes de um objeto macroscópico “em algum nível de decomposição” (80). Isto é, as partes que fazem o trabalho causal não precisam ser objetos simples. Elas podem também ser dotadas de partes (114-5). Nesse caso, também haveria objetos com partes que são relevantes causalmente e não conscientes.

Humanos causam efeitos em suas partes por serem dotados de propriedades mentais conscientes. Dessa forma, humanos não são causalmente redundantes. Eles causam coisas que suas partes não causam.

A tese de que a propriedade de ser consciente é intrínseca é uma premissa da teoria de Merricks. Uma segunda premissa é a tese de que a propriedade de ser consciente tem um papel causal não derivável das propriedades intrínsecas das partes que compõem o ser consciente e das suas inter-relações espaço-temporais e causais. Pessoas causam efeitos por terem propriedades conscientes (104). Um exemplo de propriedade mental consciente é a propriedade de decidir (110).

Merricks propõe que se a propriedade de ser consciente de um objeto (um humano) não é fixada por necessidade metafísica pelos seus átomos, então não temos razões para pensar que o efeito *E* que aquele objeto causa por ser consciente é causado pelos seus átomos (89, 91).

O que Merricks apresenta em favor da tese de que a propriedade de ser consciente não é determinada metafisicamente pelas propriedades intrínsecas (e inter-relações espaço-temporais e causais) dos átomos de um humano? Ele pensa que esta é a lição a ser extraída do reconhecimento da falsidade do princípio:

(C) Necessariamente, se alguns átomos $A_1 \dots A_n$ compõem um objeto consciente, então quaisquer átomos intrinsecamente como $A_1 \dots$

An e inter-relacionados por todas as mesmas inter-relações espaço-temporais e causais que A1 ... An compõem um objeto consciente (94).

Merricks avança o seguinte contra-exemplo contra (C). Com a retirada do dedo indicador de um humano, os átomos restantes compõem um ser consciente. Porém, antes da retirada do dedo os mesmos átomos envolvidos nas mesmas inter-relações causais e espaço-temporais e com as mesmas propriedades intrínsecas não compõem um ser consciente (94-5). Contudo, o princípio (C) prescreve que uma vez que os átomos após a retirada compõem um ser consciente, eles também compõem um ser consciente na fase anterior à retirada. Mas, se assim fosse, haveria dois seres conscientes antes da retirada. Mas não há. Portanto, conclui Merricks, (C) é falso.

Gostaria de destacar uma dificuldade no tratamento que Merricks oferece da causação mental. Haveria, afirma Merricks, causação descendente (*downward*). Falar em causação descendente, porém, pressupõe a aceitação de níveis distintos em que a entidade (a pessoa) no nível acima age sobre objetos do nível abaixo (as partes da pessoa).

Como Merricks pensa que pessoas são objetos materiais, ele não propõe que o que age sobre os objetos materiais do nível abaixo é uma entidade imaterial, como um dualista afirmaria. Em sua teoria, o agente do nível acima é um objeto composto de objetos do nível abaixo.

Merricks parece trafegar bastante livremente de níveis de composição para níveis causais. Embora alguns autores usem a expressão ‘níveis de composição’ apenas de modo figurado, Merricks parece empregá-la literalmente para designar camadas ontológicas distintas. Em discordância com Merricks, muitos metafísicos pensam que leptons e organismos não ocupam níveis distintos.¹⁷

A estratégia de Merricks de usar causação descendente faz-nos perguntar sobre como realmente acontece a ação exercida por um objeto consciente que é composto, por exemplo, pelos mesmos átomos sobre os quais ele age. Os mesmos átomos operam causalmente como parte do objeto que tem a propriedade mental — digamos, de-

¹⁷ Van Inwagen alerta para a confusão entre atribuir partes a um objeto *x* e atribuir níveis ontológicos distintos às partes de *x* (2014: 29-30). Precisamos de um argumento adicional para aceitar que níveis de decomposição são níveis ontológicos.

cidir – e como parte do objeto afetado pelo decidir.¹⁸

8 Observações finais

A centralidade da noção de composição explica o número significativo de intuições envolvidas na tentativa de formular princípios que apanhem corretamente as condições para um objeto ser parte de outro ou negar que haja algo composto. Como nosso percurso deixou claro, os princípios formulados combinam-se de formas variáveis com teses acerca de quais objetos existem.

O tratamento correto da composição deve reconhecer objetos compostos que realmente existem. Uma teoria capaz de reconhecer o que existe sem apelar para a noção de composição para gerar seus resultados pode servir para selecionar casos que servirão de ponto de partida para a identificação de condições para haver composição. Gostaria de notar, como observação final, que estratégias desse tipo permanecem abertas.

Breno Hax Junior
Universidade Federal do Paraná

Referências

- Black, Max. 1971. The Elusiveness of Sets. *Review of Metaphysics* 24: 614-36.
 Chisholm, Roderick. M. 1976. *Person and Object*. Chicago/La Salle: Open Court.
 Chisholm, Roderick. M. 1991. On the Simplicity of the Soul. *Philosophical Perspectives* 5: 167-181.
 Hobbes, Thomas. 2000. *Tratado sobre el cuerpo*. Madrid: Editorial Trotta. Tradução castelhana do *De Corpore* 1655 por J.R. Feo. capítulo II, seção 7.
 van Inwagen, P. 1990. *Material Beings*. Ithaca/London: Cornell University Press.
 van Inwagen, P. 2002. *Metaphysics*. Ed. Boulder: Westview Press.
 van Inwagen, P. 2014. Dispensing with Ontological Levels: an Illustration. *Disputatio* (VI, 38): 25-43.
 James, William. 1890. *The principles of psychology*. New York: Dover, 1950.
 Lesniewski, Stanislaw. 1983. On the Foundations of Mathematics. *Topoi* 2: 7-52.
 Lewis, David. 1986. *On the Plurality of Worlds*. Oxford: Blackwell.
 Lewis, David. 1991. *Parts of Classes*. Oxford: Oxford University Press.
 Markosian, Ned. 1998. Brutal Composition. *Philosophical Studies* 92: 211-49.
 McDaniel, Kris. 2010. Composition as Identity Does Not Entail Universalism.

¹⁸ Merricks precisaria aqui oferecer-nos um argumento para provar que essa é uma relação entre níveis distintos. Ele teria de mostrar-nos que é a pessoa como um todo que age e não uma certa configuração de átomos que ocupa apenas parte da região ocupada pelo inteiro suposto objeto consciente.

- Erkenntnis* 73: 97-100.
- Merricks, Trenton. 2001. *Objects and Persons*. Oxford: Oxford University Press.
- Merricks, Trenton. 2005. Composition and Vagueness. *Mind* 114: 615-637.
- Moravcsik, Julius. 1990. *Thought and Language*. London: Routledge.
- Plutarco. 2008. *Vidas Paralelas: Teseu e Rômulo*. Coimbra: CEHC. Tradução do Grego, introdução e notas de Delfim F. Leão e Maria do Céu Fialho.
- Rosen, Gideon and Cian Dorr. 2003. *Composition as a Fiction*. *The Blackwell Guide to Metaphysics*. Ed. Richard Gale. Oxford: Blackwell.
- Schaffer, Jonathan. 2007. From Nihilism to Monism. *Australasian Journal of Philosophy* 85: 175-91.
- Steen, Mark. 2008. Chisholm's Changing Conception of Ordinary Objects. *Grazer Philosophische Studien* 76: 1-56.